



## PATRIMONIALIZAÇÃO DE ARQUIVOS BRASILEIROS: A UNESCO E OS EDITAIS DO ‘MEMÓRIA DO MUNDO’ NO BRASIL

HILÁRIO FIGUEIREDO PEREIRA FILHO<sup>1</sup>

Criada em meio à crise mundial decorrente de duas grandes guerras, quando as crenças absolutas no progresso e na ciência passaram a ser amplamente questionadas, a Unesco surgiu como espécie de armistício no conturbado cenário global de meados do século XX. Esse traço mediador da agência permanece nos seus discursos contemporâneos e na sua própria imagem, possibilitando a emersão de representações que a concebem como um organismo capacitado a adotar alternativas e caminhos conciliatórios. Ao se qualificar como a “*agência intelectual da ONU*” em seu *website* oficial, a Unesco explicita, sem maiores rodeios, as suas pretensões de assumir o protagonismo nas áreas da educação, ciência e cultura. Tamanho desafio este que acaba por demandar uma ampla rede de parceiros entre os seus 204 Estados-Membros<sup>2</sup>, cujas atuações diversificam-se de sobremaneira nos mais diferentes contextos históricos.

Sob o imperativo título “*Proteger o nosso patrimônio e o fomento da criatividade*”, a Unesco apresenta, em seu site na *internet*, outras seis temáticas da atualidade, divididas entre práticas educativas, liberdade de expressão, vivências coletivas, construção de conhecimento, desenvolvimento sustentável e ciência para um futuro equilibrado. Tal evidência é mais um sinal de como o patrimônio cultural se tornou protagonista na agenda da Unesco nas últimas décadas. Outro indicativo importante consiste no número de Convenções Mundiais na alçada cultural: sete até o presente momento, tendo como principais destaques, junto ao público, a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade*, do ano de 1972, e que agrega a concorrida *Lista do Patrimônio Mundial*, além da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, datada de 2003, que evidencia a relevância dos bens de natureza intangível, considerando a divisão pragmática *material X imaterial*<sup>3</sup>.

Apesar da atuação da Unesco ser bastante conhecida no campo do patrimônio cultural, pode-se afirmar que os estudos acadêmicos sobre esse assunto ainda são escassos nas ciências humanas. No Brasil, a arquitetura, a antropologia e a sociologia aglutinam o maior número de trabalhos publicados sobre a instituição (EVANGELISTA, 1999; GARCIA, 2014; PEREIRA,

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

<sup>2</sup> Referência atualizada, em junho de 2015, de acordo com o *site* [www.unesco.org](http://www.unesco.org).

<sup>3</sup> As outras cinco Convenções Mundiais da área da Cultura são: *Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado* (1954); *Meios de Proibir e Prevenir o Tráfico Ilícito de Bens Culturais* (1970); *Proteção dos Direitos de Autor e Direitos Conexos* (1971); *Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* (2001); e *Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005). Somando as duas Convenções destacadas no corpo do texto, nota-se que a temática do patrimônio cultural é mencionada em cinco do total de sete Convenções.

2012; VIEIRA, 2009), enquanto a historiografia apresenta poucas publicações (LEAL, 2008). No plano internacional, destacam-se os títulos organizados pela própria Unesco, cujas análises ficam marcadas por abordagens institucionais e menos distanciadas (VALDERRAMA, 1991). De uma maneira geral, a agência recebe certo estigma de ser eurocêntrica, qualitativo este que pode ser explicado pelas circunstâncias em que a organização emergiu; ademais, as ações que se percebem ao longo da sua trajetória, tendo alguns países da Europa como protagonistas – a começar pela própria França, onde se localiza a sede – são outros sinais das marcas europeias. Por outro lado, percebem-se esforços da Unesco em atuar de maneira mais plural e diversa no mundo atual (MACHADO, 2008); contudo, nada disso invalida a necessidade de se aguçar o olhar para perceber criticamente as contradições, incoerências, fraturas e dissonâncias entre os discursos veiculados e as práticas efetivas dessa agência internacional.

Em razão disso, nada melhor que investigar mais detidamente uma das atividades da Unesco no campo da patrimonialização de bens culturais: ao invés das famosas Convenções, o presente artigo intenta lançar luzes para o Programa Memória do Mundo, fundado em 1992 e ainda pouco conhecido até mesmo para estudiosos em patrimônio cultural. Voltado para a área da documentação histórica de arquivos, bibliotecas e museus, o referido Programa fica, muitas das vezes, restrito aos círculos dos documentalistas. Assim como acontece em outras áreas do conhecimento, percebe-se a criação de mais um nicho de especialização, o chamado *patrimônio documental*, podendo apartar discussões que seriam mais interessantes se tomadas de maneira mais integrada e interdisciplinar. Se essa divisão qualitativa é válida ou não, não cabe nesse momento avaliar; interessa à presente investigação identificar alguns dos muitos aspectos propagados e praticados pela Unesco nos processos de patrimonialização dos acervos históricos, lançando problematizações que visam a desnaturalizar construções simbólicas um tanto eloquentes que atendem, por exemplo, pelo pomposo nome de *Memória do Mundo*.

#### **MOW: um ilustre desconhecido**

Inegável reconhecer que a expressão *Memória do Mundo* traz consigo mesmo uma alta carga simbólica de apelo global, podendo despertar a curiosidade daqueles que indagam o que seria considerado memória do nosso planeta. Outros mais provocadores arriscariam: e o que não é memória do mundo, como podemos identificar e classificar essas expressões culturais? A posição estratégica da Unesco no cenário internacional é continuamente construída através das suas mais diversas ações; para além da área da cultura, as atividades educativas evocam

também o alcance planetário de seus objetivos como ocorre, por exemplo, na denominação do *Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos*. No plano científico, integrado com o social, há o atualizado *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos recursos hídricos*, dando mostras de como as estratégias de atuação dessa agência da ONU extrapola as fronteiras dos países. Importa destacar que a força simbólica da Unesco no mundo pode acabar silenciando o que está por detrás de seus projetos aparentemente ‘neutros e apolíticos’ junto aos Estados-Membros. Por mais que a instituição tenha como um dos seus lemas a diversidade dos povos no cenário globalizado, é preciso desconstruir certos mitos de que a mesma consegue, no caso que nos interessa de perto, identificar a memória do mundo.

As análises do antropólogo Nestor Canclini sobre o fenômeno da globalização podem inspirar nos questionamentos sobre os alcances das políticas e, principalmente, da noção de representatividade plural da Unesco. Nas palavras do estudioso:

*“Pensar sobre o global exige superar essas duas posturas: tanto a que faz da globalização um paradigma único e irreversível, e a que resta importância à sua incoerência e ao fato de não integrar a todos. Antes parece metodologicamente necessário, diante das tendências que homogeneizam partes dos mercados materiais e simbólicos, investigar o que representa aquilo que a globalização exclui para se constituir”* (CANCLINI, 2007:44).

Transpondo nosso olhar para o Programa Memória do Mundo e concentrando-se na questão da memória sociocultural, pode-se sublinhar que as formas de rememoração do passado não poderão ser, da mesma forma, enquadradas sob modelos homogêneos e totalizadores. Além disso, cabe indagar de maneira problematizadora o que a Unesco, enquanto agente chave do sistema internacional do patrimônio, deixa de incluir nas suas representações das memórias de alcance mundial. Afinal, quais patrimônios documentais dos países são eleitos e destacados como acervos memorialísticos do mundo? De maneira análoga, quais são os esquecimentos reificados pela Unesco, considerando que o campo da memória, enquanto fenômeno social, é permeado de lacunas e vazios?

Perguntas como essas nortearão a minha pesquisa de doutorado atualmente em curso<sup>4</sup>; por mais que não sejam o objeto central do presente artigo, tais inquietações devem estar sempre presentes, muito no sentido de nortear um tipo de postura crítica tanto em relação ao Programa Memória do Mundo, como nas questões gerais relativas à Unesco. Outro aspecto de grande relevância que perpassa boa parte das análises reside na vivência contemporânea do

---

<sup>4</sup> A previsão de defesa da tese de doutorado é para o mês de agosto de 2017.

*boom memorial*, cuja origem remonta às décadas de 1970 e 1980. A saturação da memória e do passado podem ser percebidos nas inúmeras restaurações de centros históricos pelo mundo, na literatura tipo memorialística, no grande número de documentários e filmes que abordam temas históricos em uma mescla sugestiva entre ficção e realidade, além da marcante presença do retrô nas modas de vestuário e nos mobiliários das residências (HUYSSSEN, 2000, p. 14). Vivemos em uma espécie de presentismo dilatado em que o passado parece se fundir ao presente, trazendo à tona e a todo momento as nossas necessidades de lembrar, comemorar e patrimonializar, ações estas que acontecem em grande quantidade e em um ritmo cada vez mais acelerado (HARTOG, 2013).

O presente artigo já mencionou várias vezes o Memória do Mundo, porém não se fez a apresentação formal desse Programa da Unesco. Em linhas gerais, pode-se conceituá-lo como uma iniciativa dessa organização internacional em prol da preservação e do amplo acesso aos acervos documentais localizados em arquivos, bibliotecas e museus. O título de *Memória do Mundo*, concedido aos documentos cujas significâncias são valoradas pela Unesco a partir de critérios preestabelecidos, é o aspecto mais visível do Programa; as obtenções desses registros e/ou nomeações acontecem via editais públicos, quando as candidaturas são apresentadas em formulários próprios. Segundo a Unesco, todos os acervos reconhecidos como *Memória do Mundo* devem ter *significância mundial*; a sigla *MOW* faz alusão ao nome do Programa em inglês (*Memory of the World*) e é bastante referenciada nos arquivos nominados por esse tipo de chancela. A noção de *influência* completa a titulação do acervo patrimonializado, cujas variações são *internacional*, *regional* e *nacional*. Ou seja, os registros variam entre *Memória do Mundo Internacional*, *Memória do Mundo Regional* e *Memória do Mundo Nacional*, as quais já demonstram uma certa confusão entre as fronteiras estabelecidas pela Unesco.

A mencionada *influência* encontra correspondência com a estrutura de funcionamento do MOW: além do Comitê Internacional, localizado em Paris, existem 03 Comitês Regionais (*Africano*, *Ásia/Pacífico* e *América Latina/Caribe*) e 63 Comitês Nacionais até o ano de 2014. Estes últimos encontram-se agrupados de acordo com a divisão geopolítica da Unesco, tendo na *Europa e América do Norte* o maior número de países integrantes: 21 Estados-Membros, chamando atenção a inusitada inclusão de Israel nesse conjunto. A *América Latina e Caribe* aglutinam 17 países, seguida por *Ásia e Pacífico* (12), *África* (08) e *Estados Árabes* (05). Os editais do IAC são bianuais, quando se abrem oportunidades para os registros internacionais,

os quais são, em sua maioria, vinculados aos países europeus e da América do Norte, tendo na Alemanha a maior contemplada pelo Memória do Mundo Internacional – total de 17 títulos, nenhum deles com menção ao holocausto, delineando a opção pela via do esquecimento.

A fundação do MOW ocorreu nos idos de 1992, em meio ao contexto beligerante da guerra dos Bálcãs europeu. A destruição da Biblioteca Nacional de Sarajevo, localizada na atual Bósnia Herzegovina, foi decisiva para a entrada em cena da Unesco: contabilizavam-se mais de dois milhões de livros, incluindo obras raras, pertencentes às culturas dos antigos Impérios Otomano e Austro-húngaro, quando bombardeios sérvios incendiaram o acervo por completo. A denúncia desse evento traumático tornou-se uma espécie de ‘pedra fundamental’ do Programa Memória do Mundo, concedendo visibilidade para os grandes riscos que os acervos podem sofrer durante os períodos de conflitos armados, assim como nas catástrofes naturais. Prova disso é a permanência do discurso do MOW em valorizar os arquivos e as bibliotecas em vias de desaparecimento, desde que sejam atribuídos valores a esses acervos – a Unesco veicula os critérios de *autenticidade e único e insubstituível* como os principais para a titulação, seguido da noção de *significância mundial*, a qual aglutina os itens *tempo; lugar; pessoas; assunto e tema; forma e estilo*.

Mesmo já tendo completado mais de 20 anos de existência, o Programa Memória do Mundo permanece pouco conhecido do público, diferentemente do que acontece com outras ações da Unesco no campo do patrimônio cultural. Apesar de não ser entendida em todos os seus detalhes, a Lista do Patrimônio Mundial, oriunda da Convenção de 1972, é evocada por diferentes agentes sociais – seja por parte dos governantes, da imprensa, do setor turístico –, sendo comum a associação automática *Unesco-Patrimônio da Humanidade*. O MOW sequer progrediu internamente na escala hierárquica dos instrumentos normativos da Unesco; depois de *Programa*, as atividades realizadas em torno de uma causa ou de um objetivo finalístico podem se transformar em *Declaração, Recomendação e Convenção*. Seria a ‘sina’ da área da documentação que permanece como uma das últimas prioridades nas instituições públicas e privadas, mesmo naquelas que preconizam a importância da memória? Ou seria a ineficácia do próprio MOW, na medida em que o Programa utiliza estratégias que acabam restritas a um rol de documentalistas?

**O Comitê Brasileiro no Memória do Mundo:**

Instituído através da Portaria do Ministério da Cultura, nº 259, de 02/setembro/2004, o Comitê Brasileiro do MOW começou a funcionar apenas nos idos de 2007, quando uma outra Portaria do MinC<sup>5</sup> publicou o Regimento Interno da Representação Brasileira do Programa. A apreciação de cinco objetivos do Comitê pode auxiliar no entendimento de parte do processo de implantação do mesmo; em Relatório de Atividades consolidado pela Unesco, notam-se:

- 1) *trabalhar em estreita colaboração com o Mowlac (Memory of the World Latin American and Caribbean Regional Committee);*
- 2) *difundir o Programa Memória do Mundo da Unesco no Brasil, assim como estimular as nomeações de fundos documentais e obras raras em âmbito nacional;*
- 3) *indicar ao Mowlac e ao Comitê Internacional, as nomeações que possam ter valor regional (América Latina e Caribe) e/ou internacional;*
- 4) *estimular a organização, o acesso e a preservação do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro;*
- 5) *apoiar as instituições públicas competentes na formulação de políticas nacionais para a salvaguarda do Patrimônio Documental e Bibliográfico do Brasil*<sup>6</sup>.

O segundo item mostra-se como o mais elementar e óbvio, na medida em que a promoção do MOW justifica e reforça a existência do próprio Comitê Brasileiro. Já o primeiro e o terceiro tópicos aproximam-se e trazem a perspectiva de integração entre três diferentes Comitês do Programa. A primeira participação de um representante brasileiro no Conselho Consultivo Internacional do MOW ocorreu no ano de 1999, quando da realização da 04ª Reunião do IAC; aos poucos, essa presença se tornou cada vez mais constante, culminando nas indicações de membros que integram o próprio Conselho nos mandatos itinerantes. Já o ingresso do Brasil no Mowlac ocorreu nos idos de 2000, quando da Reunião Inaugural no México. Portanto, antes do início oficial do MOW/Brasil, atividades já aconteciam em um cenário mais amplo, tanto é que a primeira nomeação internacional de um arquivo brasileiro fora no ano de 2003, através da candidatura *Coleção do Imperador: fotografia estrangeira e brasileira no século XIX*, pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

Atualmente, é muito difícil uma candidatura brasileira conseguir o título internacional sem passar pelo crivo do Comitê do Brasil. Apesar de não ser algo obrigatório, estabeleceu-se como prática assessorar os acervos que recebem os reconhecimentos de maneira sucessiva: ou seja, os títulos nacional e regional do MOW tornaram-se pré-requisitos para a participação no certame mundial. Interessante notar como a mesa diretora do Comitê Brasileiro conduz toda a

---

<sup>5</sup> Sigla utilizada para Ministério da Cultura. A Portaria que explicitou o Regimento Interno do Comitê Brasileiro foi a de nº 61, publicada em 31/outubro/2007.

<sup>6</sup> Relatório de Atividades 2007-2013 do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, p. 1.

discussão, procurando estabelecer quais são as candidaturas prioritárias, descartando aquelas que possam fragilizar o país perante o IAC, buscando possíveis alianças com países vizinhos para o lançamento de propostas conjuntas, hoje bem vistas pela Unesco. Traçam-se estratégias políticas e é bastante visível o papel centralizador do MOW/Brasil, na medida em que os postulantes que tentarem uma proposta sem a mediação do Comitê, dificilmente terão êxito<sup>7</sup>. Interessante pensar no porquê desses ‘steps’: será uma forma encontrada de organizar a própria hierarquia do Programa, como se o registro nacional fosse menos importante que os registros regional e internacional? E como explicar os procedimentos dos países europeus, os quais não possuem Comitês Regionais enquanto instância intermediária entre as estruturas Nacionais e o IAC? Em função dessa organização desigual, os Estados-Membros da Europa e América do Norte teriam mais facilidades em aprovar seus acervos históricos como *Memória do Mundo Internacional*?

Retornando aos itens transcritos do Relatório do Comitê Brasileiro, o tópico 4 revela uma atribuição que se assemelha às missões finalísticas dos arquivos públicos que, na alçada federal, compete ao Arquivo Nacional (AN), excetuando-se a parte referente aos acervos bibliográficos. É possível afirmar que as atribuições do MOW/Brasil e do AN acabam por se sobrepor, criando até mesmo sobreposição de competências. Tal traço se acentua ainda mais se considerar que a estrutura de funcionamento do MOW/Brasil sempre esteve vinculada ao Arquivo Nacional: funcionários se dividem entre as tarefas cotidianas, a logística da sede do AN no Rio de Janeiro é usufruída pelo Comitê, além dos arquivos corrente e permanente do Memória do Mundo estarem sob guarda do órgão federal de documentação. Interessa sublinhar que apesar do Programa ter sido instituído pelo MinC, além de todo e qualquer ato oficial ser de responsabilidade do Ministério da Cultura, as decisões e o funcionamento do MOW/Brasil ficam sob o crivo central do Arquivo Nacional. Nem mesmo a Representação da Unesco no país, cujo escritório se localiza em Brasília, participa tão ativamente do Memória do Mundo Nacional como o AN.

Com relação ao quinto e último item, observa-se a utilização de termos que se alinham às políticas de patrimonialização – *salvaguarda* e *patrimônio documental*. Contudo, o foco principal permanece na área da documentação, ocorrendo a apropriação de terminologias que

---

<sup>7</sup> Colocações baseadas a partir da minha observação participante durante a Reunião do Comitê MOW/Brasil, realizada em 25/março/2015, na Sede do Arquivo Nacional, no município do Rio de Janeiro (RJ).

estão mais alinhadas às atividades da Unesco e do Iphan. Importa destacar que esse grupo de especialistas do Arquivo Nacional não estão inseridos nas práticas e reflexões dos agentes do patrimônio cultural brasileiro no decorrer das décadas passadas. Ao se destacar as trajetórias das políticas públicas do Estado nos campos patrimoniais e documentais, percebe-se uma desconexão entre ambas, além de ser possível visualizar disputas e conflitos em torno dessas práticas estatais. A ‘fala autorizada’ sobre o Memória do Mundo no Brasil está diretamente atrelada à atuação do AN, cujos posicionamentos articulam-se de sobremaneira à gestão documental. Os termos do patrimônio cultural ficam relacionados somente com a Unesco, a qual representa uma espécie de arena atenuadora diante de possíveis conflitos; nesse contexto de possíveis embates, o Comitê MOW/Brasil evita ao máximo a aproximação com o Ministério da Cultura, o qual tem no Iphan sua entidade vinculada mais capacitada para o campo da patrimonialização.

Caso se lance o olhar para a estrutura geral de funcionamento da Unesco, notam-se 05 áreas: *Educação; Ciências Naturais; Ciências Humanas e Sociais; Cultura; Comunicação e Informação*. Diferentemente do que acontece com as atividades relacionadas ao patrimônio cultural, que estão vinculadas à grande área da *Cultura*, o Programa Memória do Mundo está subordinado à divisão de *Comunicação e Informação*. Existem, inclusive, discussões internas para um possível remanejamento do MOW para a mesma seara das ações patrimoniais, porém prevaleceram os argumentos que enxergam o Programa em diálogo com as práticas de acesso, disseminação da informação e amplo conhecimento do patrimônio documental via suporte físico material<sup>8</sup>. Em tempo, cumpre observar que mesmo reiterando que privilegia as formas de expressão dos documentos *desde as tábulas de argila até os modernos tablets*, em uma clara concepção linear e evolutiva do tempo, o MOW não se desvincula das expressões materializadas, excluindo de seus domínios, por exemplo, o patrimônio das sociedades de tradições orais.

Há, portanto, uma similitude em ambas situações: tanto no Brasil, como no cenário internacional da Unesco, as práticas, políticas e reflexões dos Comitês no âmbito do Memória do Mundo são lideradas por agentes diretamente relacionados com a área da documentação. O campo do patrimônio acaba sendo evocado conforme conveniência; é provável que a disputa

---

<sup>8</sup> Informação retirada a partir de minha observação participante na Oficina do Edital MOW Brasil 2014, oferecida pelo Comitê Brasileiro, na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 04/junho/2014.

por esse ‘monopólio da fala’ do MOW articule-se a outras situações que a presente pesquisa ainda não problematizou, mas que serão oportunamente identificadas. Por que acontece esse relativo distanciamento do Programa com o campo do patrimônio cultural? Existem conflitos nas atuações dos agentes da documentação e da patrimonialização? Como são realizados os acordos e as mediações? O fato do MOW/Brasil estar oficialmente vinculado ao MinC, mas a operacionalização do mesmo ser de incumbência do Arquivo Nacional aponta para possíveis acordos tácitos entre as duas instâncias. Um exemplo disso pode ser observado na composição do Comitê Brasileiro: do total de 17 membros previstos, 04 cadeiras são destinadas aos órgãos do Ministério da Cultura – Biblioteca Nacional, Iphan, Ibram e MinC - enquanto o Arquivo Nacional possui 02 assentos, incluindo o Conarq<sup>9</sup>. Por outro lado, as direções do Comitê Brasileiro e as indicações de membros para composição do Mowlac se alternam entre nomes de profissionais do quadro funcional do AN, demonstrando o protagonismo assumido pelo Arquivo Nacional desde a criação do MOW/Brasil, em 2004, mesmo com toda a oficialização dos procedimentos via Ministério da Cultura – a qual, por sinal, continua nos dias atuais.

#### **Considerações sobre os editais MOW/Brasil:**

Lançados anualmente, os editais públicos de candidatura para Memória do Mundo de influência nacional no Brasil são instrumentos através dos quais se podem perceber vários traços do Programa. A começar pela *Exposição de Motivos* que reitera preceitos e concepções compartilhados pela Unesco: a identificação da denominada *memória coletiva documentada*, articulada à uma visão evolutiva e teleológica da história; a conceituação do MOW sobre o que é o *patrimônio documental da humanidade*, o qual *traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das conquistas da sociedade humana*; e o reconhecimento de que esse tipo de memória *se encontra em grande medida em bibliotecas, arquivos e museus existentes em todo o planeta e uma grande porcentagem dela corre perigo atualmente*<sup>10</sup>. Ou seja, existe o fortalecimento das diretrizes gerais do Programa a cada ano, muito no sentido de conformar que tipo de acervo será valorizado pelo MOW.

---

<sup>9</sup> Sigla para Conselho Nacional de Arquivos. Além das 06 cadeiras para membros já citadas no corpo do artigo, existem representantes indicados para os Arquivos *Eclesiásticos, Militares, Privados, Públicos Municipais, Públicos Estaduais, Audiovisuais, Entidades de Ensino e Pesquisa*, além de 03 assentos para *especialistas de notório conhecimento na área de preservação do patrimônio documental brasileiro*. Todos os membros são indicados pelo MOW/Brasil nas reuniões que ocorrem no Arquivo Nacional; o mandato é de dois anos de duração, podendo ser estendido por igual período apenas uma vez.

<sup>10</sup> Todos os trechos em itálico, destacados no parágrafo, foram retirados do Edital MOW/Brasil 2013, p.1.

Outro elemento presente no edital que explicita a trajetória do Memória do Mundo no Brasil são as listagens dos acervos nominados a cada ano. Para os proponentes interessados na obtenção do registro, apreciar essas listas pode significar um atalho nessa concorrência anual. Sem mostrar quais foram as candidaturas reprovadas pelo Comitê, as listagens são separadas ano a ano e os acervos nomeados por ordem alfabética. Em uma rápida apreciação da listagem, até mesmo porque a mesma será mais exaustivamente problematizada ao longo dos próximos meses de pesquisa, infere-se: uma alta concentração de arquivos, em detrimento das bibliotecas; o predomínio considerável de acervos localizados na região Sudeste do país; a prevalência das instituições públicas; a maioria dos documentos produzidos no século XX; grande parte não mostra iminente risco de perda, estando, inclusive em boas condições de conservação física; e a preponderância do gênero documental textual, em papel, seguido pela iconografia, tendo nas fotografias o seu maior destaque.

Passados exatos 08 editais, algo que se destaca bastante é o grande número de acervos nominados como *Memória do Mundo Nacional do Brasil*: ao todo são 73 em um total de 166 candidaturas apresentadas ao Comitê. Continuamos a viver cercado de referências pretéritas, em um contexto marcado por reminiscências, histórias e lembranças que nos levam, também, ao temido esquecimento na contemporaneidade. A saturação de memórias no MOW/Brasil encontra correspondências em outras ações implementadas pela Unesco, como observa a antropóloga Marina Mafra Garcia em suas análises sobre o patrimônio imaterial:

*A inscrição desordenada de elementos pode levar a uma saturação e a uma inflação de registros, banalizando o instrumento patrimonial. A Lista Representativa corre o risco de tornar-se simplesmente um grande catálogo de maravilhas do mundo, ocasionando uma fixação pelo objeto patrimonial. Além disso, é preciso tomar cuidado para que o mecanismo de listas não desencadeie uma espécie de estandardização da expressão cultural, transformada em emblema distintivo* (GARCIA 2014:46).

De maneira análoga, pode-se projetar tal problemática para a dinâmica de funcionamento do MOW – e não apenas na escala nacional, visto que o Memória do Mundo Internacional tem agraciado cada vez mais acervos históricos nos diferentes países<sup>11</sup>. O *boom memorial* ocorre nas práticas de valoração do patrimônio cultural, e o Programa que versa sobre documentos,

---

<sup>11</sup> Bianualmente, a cada novo edital internacional do MOW, a Unesco aumenta os acervos registrados: se, na primeira ocasião, ocorreram as chancelas de 38 candidaturas, nas últimas versões esse número quase dobrou (70 no ano de 2011 e 60 na última edição do ano de 2013).

ao se mostrar como passível de patrimonialização, também carrega a saturação da memória dos tempos atuais. Estaria o Memória do Mundo correndo riscos, também, de banalização?

Ademais, interessa pensar que tipos de distinções os registros do MOW geram entre os acervos contemplados, a começar pela maior facilidade de financiamento para as suas respectivas preservações quando do lançamento de editais públicos. O selo da Unesco pode capitalizar recursos para os arquivos e bibliotecas, podendo gerar uma concorrência desleal entre aqueles valorados e os que não tem esse reconhecimento. A série de consequências que o registro de Memória do Mundo acarreta na dinâmica de funcionamento dos acervos históricos ainda será objeto de análise da presente pesquisa. Interessa, por enquanto, atentar-se para esse símbolo de distinção da Unesco, evidenciando como as escolhas da instituição internacional podem interferir no cenário da política de gestão de arquivos e bibliotecas. Um ‘pequeno detalhe’ presente no edital que pode ilustrar parte desse cenário complexo está em um dos itens que versam sobre o julgamento das candidaturas: *“Em conformidade com o Register Protocol and Ethics do International Advisory Committee - IAC do Programa Memória do Mundo da Unesco os nomes dos pareceristas de cada projeto, seus pareceres e as discussões de avaliação são confidenciais”*<sup>12</sup>.

Quais seriam as motivações para se negar o acesso a documentos tão importantes para a compreensão crítica do MOW? Seria uma forma dos pareceristas não ficarem constrangidos com os seus pares, que também trabalham nas instituições de memória, uma vez que o teor do parecer pode influenciar no indeferimento de uma determinada candidatura junto ao Comitê, acarretando em menos recursos para algum arquivo? Por que não assumir as escolhas por alguns tipos de Memória do Mundo? Isso causaria desgastes entre a Unesco e os candidatos? Considerando que as seleções acarretam na supressão de outras memórias, seria, portanto, uma estratégia do Programa não explicitar pontos cruciais do seu funcionamento, muito na tentativa de conceber uma autoimagem aparentemente neutra, plural e universal? Várias respostas e muitas perguntas seriam possíveis, porém nada invalida a seguinte constatação: há uma profunda contradição e incoerência entre esse item do edital e uma das grandes bandeiras do MOW, que é justamente a de dar acesso amplo e irrestrito às coleções consideradas como Memória do Mundo. Fechar-se em si mesma pode ser um grande retrocesso para a Unesco, na medida que a instituição pode avaliar que tal blindagem a imunize de possíveis críticas. Mas o

---

<sup>12</sup> Edital MOW/Brasil 2013, p. 9.

caminho da pesquisa é perseverante e existem muitas outras formas de desconstruir cenários e indagar sobre aquilo que se mostra, aparentemente, coerente e democrático.

### **Notas sobre a exposição MOW**

Inaugurada no dia 23 de fevereiro de 2013, a exposição *Arquivos do Brasil, Memória do Mundo* ficou montada na sala de visitas do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, até o final do mês de maio de 2013. A previsão inicial da inauguração da mostra era para o ano anterior, quando o Programa completou 20 anos de existência e o Comitê Brasileiro atingiu os seus 05 anos de funcionamento. Outra previsão que não se confirmou até o presente momento foi a itinerância expositiva, a qual previa circular entre as instituições que já ganharam alguma nomeação do MOW; segundo a Secretaria do Comitê, os custos operacionais de transporte e montagem dos objetos – em sua maioria quadros com reproduções dos documentos, além de mídias para mostra do acervo audiovisual – acabaram por inviabilizar o pretendido rodízio. O Grupo de Trabalho (GT) formado para dinamizar o plano museológico fora constituído por cinco profissionais, todos servidores vinculados ao Arquivo Nacional.

Em documento que circulou como *release* para a imprensa, quando da inauguração da exposição, explicitaram-se os principais objetivos da mostra: *tornar conhecidos o Programa Memória do Mundo da Unesco, seus objetivos, ações e acervos nominados; difundir os 55 brasileiros nominados no Programa Memória do Mundo; promover a consciência sobre a importância da preservação do patrimônio documental da humanidade; e incentivar a candidatura de novos acervos em diferentes regiões geográficas brasileiras*. Em um primeiro momento, destaca-se a intenção de tornar o MOW mais conhecido entre o público; este, aliás, tinha como principais alvos os estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior. A prática das visitas mediadas foi adotada e, de acordo com dados oficiais do Comitê, houve 1.886 visitantes que assinaram o livro de visitas<sup>13</sup>.

Entre os objetivos transcritos no parágrafo anterior, algo digno de nota consiste na concepção de que a exposição conseguirá *promover a consciência* entre o público. Isso pode parecer um pequeno deslize, porém tais dizeres estão muito presentes em outros documentos da Unesco, inclusive nas diretrizes internacionais do Memória do Mundo. Prática ultrapassada nas dinâmicas educativas atuais, na medida em que os processos de ensino-aprendizagem são compreendidos como dialógicos nas trocas de experiências, o MOW acredita ter a ‘receita

---

<sup>13</sup> Informações disponibilizadas pela Secretaria do Comitê Brasileiro, através de e-mail, no dia 09/junho/2015.

ideal' para as pessoas entenderem a importância da preservação do patrimônio documental. A postura um tanto distanciada do público, sem se preocupar em ouvir as falas dos não-especialistas da área da documentação, pode ser uma das razões para a invisibilidade do Programa. E fora justamente contra esse cenário de desconhecimento do MOW que a mostra surgiu, ainda que em determinados momentos as estratégias adotadas não fossem as mais adequadas para a interação com o público – outro exemplo de concepção tradicional do Comitê consistiu na adoção do termo *visita guiada*.

As fontes de pesquisa disponíveis sobre a exposição encontram-se no arquivo corrente do Comitê Brasileiro, onde é possível perceber algumas tratativas do planejamento. Ademais, destaca-se o *clipping* de notícias jornalísticas a respeito da mostra, organizados pelo Arquivo Nacional a partir da sua assessoria de imprensa. Tive a oportunidade de realizar uma incursão pelo espaço no dia de lançamento, quando anotei impressões que me auxiliam na observação participante. Por fim, não menos importante, existe o catálogo da exposição, o qual acaba por concentrar importantes aspectos para nossa análise: publicado em extensas 200 páginas pelo AN, o impresso apresenta imagens de reproduções de documentos - manuscritos, impressos, fotografias, caricaturas, desenhos, mapas, ilustrações, plantas, partituras musicais - que foram selecionados a partir de todos os acervos registrados como Memória do Mundo do Brasil até o ano de 2012. As legendas das imagens são dotadas de breves informações sobre as mesmas, tendo, ainda, os nomes das instituições de guarda correspondentes. A logomarca utilizada faz menção a um *pente de memória*<sup>14</sup>, mesclando a cor laranja do Programa MOW com o verde, em alusão ao Brasil. Há um amplo destaque às logomarcas do Arquivo Nacional e menção à Unesco em outras passagens, como no detalhamento da composição do Comitê Brasileiro. Os textos que abrem o catálogo são da coordenadora geral do Programa na sede da Unesco em Paris, do presidente da Mesa Diretora do Comitê MOW/Brasil e do diretor-geral do Arquivo Nacional. Não há qualquer texto de autoria do MinC, apesar do Ministério permanecer como instância oficial do Memória do Mundo no país.

O texto de abertura da curadora, presente no catálogo, destoa dos três escritos de apresentação mencionados no parágrafo anterior. Isso porque há um relativo rompimento com os preceitos oficiais do Programa: se nas notas de abertura da coordenadora geral do MOW encontram-se claras referências à perspectiva histórica factual e de 'nomes da história', tendo

---

<sup>14</sup> Estrutura, normalmente nas cores verde e preto, que compõem o *hardware* de equipamentos eletrônicos.

como um dos eixos a temporalidade teleológica e evolutiva, a organização dos argumentos da curadoria é disposta de forma que os temas que servem para agrupar os acervos nominados não ficam exaustivamente presos à lógica tradicional de remontar o passado. Pode-se notar o esforço da exposição em evitar uma abordagem cronológica e calcada em grandes eventos, entretanto é possível apontar trechos em que esses aspectos afloram, a começar pelos primeiros módulos expositivos.

Os três grupos modulares que mais se alinham a um tipo de abordagem tradicional da história são aqueles referentes aos acervos do período do Brasil Colônia. Denominados pela curadoria como *Expansão marítima portuguesa, administração colonial e movimentos de afirmação de autonomia; Escravidão, movimento abolicionista e imigração; e Guerras, contestações, rebeliões, movimentos sociais e religiosos*, esses três módulos evidenciam documentos que reforçam a perspectiva da colonização profícua por parte dos portugueses, a começar pelas *Armadas Portuguesas*, incluindo, também, a *Carta de Abertura dos Portos*. Os conflitos sociais são explorados sem trazer as revoltas mais emblemáticas do ponto de vista da contestação do regime, ficando a exceção no caso de *Canudos*. A Guerra do Paraguai e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial estão atreladas à visão oficial das Forças Armadas, tendo destaque a exaltação ao sentimento nacional. Já o módulo dedicado aos escravos e aos imigrantes trazem marcas de transição do argumento expositivo: se por um lado reforçam a perspectiva heróica ao evidenciar a *Lei Áurea*, por outro valorizam fragmentos do cotidiano com o *Registro de Enterros de Escravos na Santa Casa da Bahia*.

A opção por agrupar os demais seis módulos a partir de temáticas que não se orientam a partir de narrativas sequenciais e encadeadas, concedem ao argumento expositivo um fôlego renovado: *Povos indígenas e política indigenista; Artistas e intelectuais; História da Ciência; Cartografia; Censura e repressão às lutas políticas no Brasil e na América do Sul; e Evolução Urbana, Arquitetura e Urbanismo* formam o mosaico de arquivos cujos conjuntos transitam mais livremente entre os diferentes contextos históricos brasileiros. Módulo com 09 acervos contemplados, a parte *História da Ciência* aglutina uma diversidade de temas do MOW/Brasil: cientistas reconhecidos como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas dividem espaço com documentos de expedições científicas dos séculos XVIII e XX, cujas práticas tinham como um de seus objetivos o conhecimento do ‘outro’. Mais deslocados dos paradigmas

científicos, há destaques para as fotografias e os diários de D. Pedro II, além de acervos constituídos a partir dos trabalhos referenciais de Florestan Fernandes e Mário de Andrade.

Esse breve mapeamento dos módulos expositivos será melhor destrinchado ao longo da pesquisa em curso. Cabe atentar para a compreensão da proposta conceitual da curadoria, suas respectivas intencionalidades e as estratégias argumentativas utilizadas na interface com o público. A entrevista com a curadora da mostra *Arquivos do Brasil, Memória do Mundo* poderá ser uma boa oportunidade de abordagem nessas futuras desconstruções. E por falar em entrevistas, interessa uma última incursão nesse universo expositivo: abordar as formas como a mídia cobriu a exposição durante o ano de 2013. O lançamento e o encerramento da mostra foram dois momentos que ganharam repercussão nos veículos da imprensa escrita, televisiva e radiofônica; possivelmente o trabalho da assessoria de imprensa do AN auxiliou bastante nas confecções das matérias.

A aproximação da data comemorativa do 13 de maio – que na ocasião fazia 125 anos naquela oportunidade – ditou a tônica da maioria das reportagens. Mas isso não veio somente como consequência do interesse dos órgãos da imprensa; pelo contrário, é possível identificar uma decisão da curadoria que fora decisiva para esse amplo destaque da mídia em torno da *Lei Áurea*. A partir do momento em que o GT da exposição elege apenas dois documentos para serem expostos nos seus originais, em contraste com as cópias impressas de todos os demais, cria-se uma situação diferenciada que logo é apropriada pela mídia como digna de atenção. Afinal, como não valorar a exposição dos documentos originais da *Sentença de Morte de Tiradentes* e da *Lei Áurea*? Ainda mais considerando toda a representatividade icônica das figuras históricas daquele que é tido como ‘mártir nacional’ e daquela que é considerada ‘a mãe dos escravos’? Essas e outras perguntas devem integrar o repertório dos jornalistas, porém as mesmas foram motivadas pela atitude deliberada do AN em evidenciar uma história factual, tradicional, mitificada, reificada pelo senso comum e por alguns livros didáticos. O fetiche de ver, experienciar e apreciar os originais desses documentos como peças museológicas excepcionais acabam por alimentar visões simplificadoras do nosso patrimônio documental, transformando o MOW em um aglutinador de memórias estáticas, paralisadas e distantes.

Como voz dissonante dessas matérias que sacralizavam as figuras da Princesa Isabel e de Tiradentes, uma colunista rememorou a visita que fizera ao Arquivo Nacional, quando teve

contato com antigos processos que escravos moviam contra seus proprietários. Na sequência da narrativa, a jornalista destacou como os estudos historiográficos auxiliam a desconstruir mitos, a começar pela falsa ideia de que a escravidão era aceita passivamente pelos negros<sup>15</sup>. Mesmo em uma sociedade ainda preconceituosa e desigual, onde a *Lei Áurea* é evocada como uma espécie concessão dos brancos, silenciando todas as outras formas de lutas cotidianas empreendidas pelos negros, análises como estas revigoram as concepções de que as memórias podem ser feitas de lutas, mediações, conflitos e negociações. Apesar de se mostrar por vezes bastante tradicional, o MOW/Internacional deu ares de renovação no olhar: ao mesmo tempo que negou o pedido da *Lei Áurea* no plano mundial, concedeu o título de patrimônio a três arquivos sul-africanos relativos às lutas contra o *apartheid*. Enfim, traços heterogêneos e nem sempre coerentes, que fazem do *Memória do Mundo* um instigante objeto de estudo.

#### **Referências Bibliográficas:**

- CANCLINI, Néstor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. *A Unesco e o mundo da cultura*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1999.
- GARCIA, Marina Mafra. Fabricando patrimônios: a Unesco como arena de reconhecimento. E-Cadernos CES [online], 21, 2014, p. 32-51. Disponível em: [www.eces.revues.org/1748](http://www.eces.revues.org/1748), acesso em 04 março 2015.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.
- MACHADO, Jurema. "Sobre a Convenção para proteção e promoção da diversidade cultural brasileira". Cadernos de Estudos do PEP (6ª Oficina, Goiânia; 7ª Oficina, Vassouras). Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

---

<sup>15</sup> "Escravos na Justiça", coluna de Miriam Leitão. O Globo, de 12/05/2013.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. *O turismo cultural e as missões Unesco no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2012.

VALDERRAMA, Fernando. *Historia de la Unesco*. Vendôme/France: Press Universitaires de France, 1991.

VIEIRA, Mariella Pitombo. *Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2009.